



VII Simpósio Nacional de História Cultural  
**HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO,  
LEITURAS E RECEPÇÕES**

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

**A PRECARIEDADE DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS  
PROFESSORES PÚBLICOS NO OITOCENTOS (VILA DE COTIA,  
PROVÍNCIA DE SÃO PAULO)**

Fernanda Moraes dos Santos\*

As precárias condições de trabalho dos professores de primeiras letras da Província de São Paulo no Oitocentos foram apontadas por alguns pesquisadores como Giglio (2001), Barra (2005), Gallego (2008) e Munhoz (2012). Lecionar em locais de trabalho longínquos e insatisfatórios para o exercício da profissão, lecionar em sua própria residência, situação que gerava a “urgência de um espaço específico para o cumprimento do serviço público da instrução” (BARRA, 2005, p. 253), ou lecionar em lugar inadequado, ter falta de materiais e mobília apropriada e receber baixos salários eram características da docência pública paulista no século XIX.

O presente trabalho pretende dar evidência a algumas características das condições de trabalho de professores e inspetores locais paulistas, neste caso os que estavam estabelecidos na Vila de Cotia entre 1856 e 1886<sup>1</sup>. Para tal, foram utilizados como fontes, preponderantemente, relatórios semestrais que acompanhavam os mapas de frequência e eram elaborados por professores e inspetores locais e endereçados ao Inspetor Geral da Instrução Pública, além de petições, mapas geográficos e relatórios do

\* Mestranda da Faculdade de Educação – USP. fmoraess@gmail.com

<sup>1</sup> Esta discussão e análise fazem parte de minha pesquisa de mestrado (em andamento) sobre a escolarização da Vila de Cotia na segunda metade do século XIX, sob orientação da Profa. Dra. Diana Vidal.





Para hospedagem de homens e animais foram criados ranchos de tropeiros e casas de pousos (LEMOS, 1972, p.38). Entre 1860 e 1870, Cotia também tinha representativa função religiosa – e consequentemente social –, pois angariava populações vizinhas para as missas de domingo ou festas religiosas (p.41). Dessa forma, pode-se dizer que no recorte temporal deste trabalho, o local se encontrava em um período de relativo desenvolvimento econômico e social. Relativo porque a Vila de Cotia apresentava o aspecto da pobreza do meio rural, mas não podemos desconsiderar as contribuições do tropeirismo na economia local.

Ao analisar processos criminais, Maria Cristina Wissenbach (1998) observou que nas áreas rurais do entorno da Capital durante grande parte da segunda metade do século XIX, a pobreza era a “questão maior a ser enfrentada” (1998, p.103) tanto por senhores quanto por escravos. Os autos mostraram que os senhores não possuíam grande quantidade de escravos e trabalhavam juntos na roça, sem nenhum outro indivíduo moderando a relação, como acontecia em outras regiões mais ricas.

Para a autora, o cenário dos arredores da Capital na segunda metade do XIX, característico do universo caipira, relativizava o caráter urbano paulistano e trazia elementos que demonstravam que os escravos locais incorporavam “a ética da valentia e a troca de favores com regras de conduta, [e] afirmavam-se não só como simples assimilados, mas como agentes de fato” (p.260).

Grande parte dos habitantes de São Paulo (dos bairros rurais), Santo Amaro, Parnaíba e Cotia, segundo a maior parte dos processos criminais, se sustentavam

da posse e trabalho em sítios de pequenas proporções e em roças onde se cultivavam os gêneros da terra: mandioca milho, feijão e cana, e fabricavam-se farinha e aguardente em pequenas engenhocas movidas a mão ou a água, destinados tanto ao consumo próprio quanto ao abastecimento de mercados locais (WISSENBACH, 1998, p. 97)

Segundo o *Almanak da Província de São Paulo para o ano de 1873*, as principais fazendas de Cotia produziam milho e feijão e criavam gado e cavalo; dados contidos nos relatórios de professores apontam o trabalho rural muito presente no cotidiano dos pais e alunos.

Em decorrência da expansão cafeeira, em 1875 foi inaugurado o trecho da Estrada de Ferro Sorocabana, ligando Sorocaba a São Paulo, como um novo meio de

escoamento da produção de café. O tropeirismo entrou em decadência e a vida econômica de Cotia sofreu reflexos, sentidos a partir da segunda metade dos anos de 1880. Entre 1886 e 1900, a população decresceu de 7.517 para 4.982 habitantes.

Apesar de Cotia também receber uma estação ferroviária, ela ficava distante da vila (no atual município de Itapevi) e não despertou grande desenvolvimento comercial ao redor, em comparação a outras cidades paulistas. Um ramal de ligação entre a Estação Cotia e a Vila chegou a ter sua construção aprovada em 1872, porém a lei foi revogada.

É nesse contexto que acontece parte do processo de escolarização pública de Cotia. Entre 1856 e 1886 funcionaram 11 cadeiras, mas concomitantemente o número máximo que funcionou foi nove. Em 1856, ano da emancipação da Vila, havia apenas uma cadeira, a Cadeira Masculina da Vila de Cotia. Em 1858 foi aberta a Cadeira Feminina da Vila. Apenas em 1871 há uma expansão da escolarização e são abertas três novas cadeira, que passam a funcionar nos bairros. Até 1886 mais cinco cadeiras passam a funcionar, entre cadeiras criadas e transferidas.

### **OS RELATÓRIOS: ENTRE OBRIGAÇÕES E TÁTICAS**

Os relatórios analisados neste trabalho estão disponíveis no Arquivo do Estado de São Paulo (AESP) na lata de referência C05044. Eles cumpriam o papel de anunciar ao Inspetor Geral que o mapa de frequência estava sendo remetido. O mapa de frequência era um dispositivo de governo elaborado com o objetivo de comprovar o exercício efetivo, condição para que os professores recebessem seus salários e para viabilizar funcionamento da escola (VIDAL, 2008). Entretanto, os mapas não foram localizados no AESP e utilizo apenas os relatórios para a análise.

Os artigos que se relacionavam à feitura dos mapas presentes na legislação que vigorou no recorte temporal desta pesquisa não mencionavam a feitura de relatórios de professores. Em 1851, a lei asseverava que cabiam aos inspetores distrito, entre outras coisas,

Art. 12. § 11º Enviar ao inspector geral no fim de cada trimestre um relatório sobre o estado das aulas e escolas do seu districto, capacidade, comportamento civil, e moral dos professores reformas e melhoramentos de que carecer a instrução publica, acompanhado de um mappa contendo o numero das aulas e escolas, e dos alumnos que as frequentam com observação sobre seu comportamento. (Capítulo III

do Regulamento de 8 de novembro de 1851 – Para a Instrução Publica.  
Disponível em <[www.usp.br/niephe](http://www.usp.br/niephe)>

Nesse regulamento havia a necessidade da elaboração de relatórios por inspetores locais. No caso de Cotia, até 1870 os relatórios localizados foram feitos pelos inspetores, mas a partir dessa data, a maioria é de professores. Contudo, apenas em 1874 houve uma nova legislação que continha informações sobre a elaboração e envio dos mapas de frequência. Na lei da obrigatoriedade do ensino de 1874, o artigo 13 asseverava:

Os Professores Publicos apresentarão, no fim de cada mês, ao Inspector de Districto, um mappa dos alumnos matriculados em suas escolas, com declaração dos frequentes, suas idades, filiações, numero e faltas e a razão dellas, e só á vista deste mappa e abaixo delle, verificada a frequencia de vinte alumnos, deverá o Inspector de Districto passar o respectivo attestado. (Lei da obrigatoriedade do ensino de 1874. Disponível em <[www.usp.br/niephe](http://www.usp.br/niephe)>)

Na legislação de 1874 também não há menção sobre a feitura dos relatórios pelos professores, apenas dos mapas de frequência. Todavia, os professores enviavam os relatórios como uma forma de anunciar que os mapas estavam sendo entregues. No corpo do texto dos relatórios coligidos para esta pesquisa havia a quantidade de alunos matriculados e frequentes de cada cadeira, mas além dessa (principal) informação, os professores e inspetores locais apresentavam dados sobre a cultura escolar, o cotidiano, as demandas e as dificuldades enfrentadas por eles e por seus alunos no processo de escolarização. A ausência de condições materiais e espaço adequado para o exercício da docência era a principal recorrência. Gallego (2008) refletiu sobre a precariedade das condições de trabalho dos professores paulistas no Oitocentos a partir, sobretudo, de relatórios de inspetores e professores (p. 31). Todavia, para ser feita aqui uma análise mais precisa, seriam necessárias fontes de almoxarifado, mas estas referentes à Cotia não foram localizadas.

Opero com a ideia de “docência como uma experiência coletiva” de Vidal (2010), na qual a autora aponta como um dos elementos constitutivos da experiência docente a *confrontação dos sujeitos com as condições materiais da existência e do trabalho docente*. A condição material, o espaço escolar, tempo escolar, carreira e urgências da classe, enfim a confrontação dos sujeitos com as condições materiais da existência e do trabalho docente:



a materialidade da escola (objetos com os quais o professor lida cotidianamente como livros, cartazes, globos dentre outros), espaço escolar (sala de aula, tamanho da escola, trabalho em uma ou duas escolas), tempo escolar (da aula, da permanência diária, semanal, anual na escola, da permanência na carreira, tempo histórico), carreira (salário, projetos individuais, expectativas de ascensão, participação em associações sindicais) e urgências da classe (síntese e negociações). (VIDAL, 2010, p. 721).

Os sujeitos desta pesquisa demonstraram por meio dos relatórios quais eram essas condições. A seguir, elas são verificadas a partir, principalmente, da lente dos professores, já que a maior parte é da autoria deles. Neles apontavam como tais ausências implicavam na execução do trabalho.

Em novembro de 1856, ano em que Cotia foi emancipada e que tinha apenas uma cadeira pública, a do então professor Antonio Barreto, o vigário-inspetor José Manoel d'Oliveira informava em relatório ao Inspetor Geral a falta de materiais, livros e de uma sala apropriada para o ensino. Dez anos depois, havendo duas cadeiras públicas (uma para cada sexo), o inspetor de distrito interino Manoel Joaquim da Luz informou que os professores lecionavam em suas casas, espaços não ofereciam “as precisas commodidades”.

Em 1869, o inspetor de distrito Manoel Joaquim da Luz, não mais interino, informou em relatório que as aulas eram dadas nas casas dos professores e pediu uma casa para cada cadeira para “formular as classes de ensino”. O funcionamento das escolas paulistas no Oitocentos se davam principalmente dentro de espaços domésticos, dessa maneira, não se pretende aqui problematizar o fato de serem as casas dos professores os locais de trabalho, mas discutir as condições materiais desses espaços, muitas vezes apontados como inadequados, incômodos, sem estrutura.

Há uma quantidade maior de fontes relacionadas à Instrução Pública a partir de 1870 em decorrência da ampliação da escolarização. Em 1871 foram criadas as cadeiras de Itaquy, Várzea-Grande e Sorocamirim. Os três bairros estavam localizados em lugares distantes da vila, e os bairros de Várzea-Grande e de Sorocamirim nos limites do município na época. Os professores tiveram dificuldade em se estabelecerem ali, tanto pela falta de recursos e casas que atendessem suas necessidades e as demandas dos alunos, quanto pela inexatidão das fronteiras.

Quando o professor Severiano José de Ramos chegou à Várzea-Grande em 1871, o inspetor Antonio Barreto informou em ofício ao Inspetor Geral da Instrução Pública que “por melhor comodidade [o professor] abriu a escola no districto de São Roque, no mesmo bairro, por ter ahi achado casa sufficiente [?]”; solicitou saber se a cadeira permaneceria lotada em Cotia ou em São Roque e pediu “necessários utensis” para a escola. A resposta colocada no canto esquerdo, ao alto, está pouco legível, mas o inspetor pediu que a escola ficasse estabelecida em São Roque. No mesmo ofício, no verso, assinado por João Aureliano de Toledo (“Official, servindo de Secretario”), consta que a lei de criação da escola indicava que Várzea-Grande ficava entre Cotia e São Roque e que “é tão demorada esta informação porque o empregado que fez as minutas ou participações, de que falla o despacho retro, não o cumpriu em sua totalidade, deixando de prestar esta informação e de tomar a nota da abertura da escola” e deixa claro que essa escola deveria ser estabelecida em Cotia. No ano seguinte, após esse fato, foi criada a lei nº 37, de 06 de abril, na qual o artigo 4º assinalava: “A escola da Várzea-Grande, nos limites de São Roque e Cotia, será estabelecida em território deste último município”. Essa história demonstra as dificuldades enfrentadas pelos professores ao se estabelecerem em regiões afastadas para trabalhar e a precária comunicação entre os professores que lecionavam em bairros afastados e os agentes da instrução pública.

Em 1872 José Custódio foi removido de Sorocamirim e registrou, em relatório de novembro deste ano, que a aula era dada na sacristia da capela, a qual “não oferece as commodidades necessarias para tal fim”, porém os alunos tinham “boa vontade” para receberem o ensino. Ainda em 1872, o professor Marcolino Pinto de Queiroz, da cadeira de Itaquy, informou que suas aulas aconteciam na sacristia da Capella de Itaquy e pediu móveis e “utensis”; usava Cartilha de Pimentel para o ensino religioso. Neste ano, segundo Marcolino, não foi possível ensinar o sistema métrico devido ao “pouco conhecimento dos alumnos para tal fim”. Em junho de 1873, consta em seu relatório, que a aula era dada em sala de sua casa, que forneceu aos alunos a maior parte dos objetos (penas, papel, tinta e alguns livros) e que a “escola [se encontrava] em lugar baldo de recursos”.

Enquanto os professores dos bairros afastados reclamavam das condições impostas a eles, João José Coelho e Maria Joanna do Sacramento, os professores das escolas da Vila, seguiam mandando apenas informações quanto à conduta, frequência (sem muitas ausências) e “adiantamento” dos alunos. Não havia reclamação de falta de

material ou de local adequado para que ensinassem, talvez por ser uma opção não reclamar ou porque suas situações estavam em razoáveis condições.

Em 1874 funcionavam seis escolas e, com exceção dos dois professores das cadeiras da Vila, todos os professores reclamavam em seus relatórios da falta de móveis e “utensis” e de alguma condição imprópria para o trabalho. Marcolino, da cadeira de Itaquy, além de móveis e “utensis” também pediu compêndios. Citou que tinha alunos muito pobres e informou que os pais do bairro não mandavam filhos para a escola porque achavam que os mesmos deviam trabalhar e asseverou: “é pena que a lei obrigatória não se entenda com os Bairros” do que “nas vilas e cidades”, sugerindo que nos bairros os pais infringiam mais a lei de obrigatoriedade do que os pais das vilas e cidades.

Severiano José de Ramos, o professor da cadeira de Várzea-Grande, citou em relatório de 1874, na contramão dos demais professores, que seus alunos moravam longe, mas os pais desejavam que frequentassem as aulas. Informou que os pais e alunos eram pobres, porém os alunos estavam “sempre limpos em seus trajes simples” e eram “morigerados”, no entanto, três foram eliminados (um por abandono e dois porque os pais necessitaram de seus serviços). Apesar de elogios aos pais e aos alunos, confirmou a precariedade material de sua cadeira, pediu móveis e “utensis” (ratificando que os pedia em todos os relatórios que enviava). Relatou em pormenores o que possuía para o exercício do cargo: “dois exemplares do Quadro Histórico, quatro [?] da Constituição e Ato Adicional, um Regulamento e 50 [?] extinctos”, e alguns móveis “emprestados”, sendo que soube outra cadeira de Cotia havia recebido materiais: “uma das cadeiras de Cotia tem recebido móveis e utensis”.

Confirmavam igualmente a falta de material e a condição econômica precária dos alunos, os professores das cadeiras de Sorocamirim e de Carapucuhyba. Em junho de 1874, Antonio Manoel Vieira, de Sorocamirim, informou que fornecia material a seus alunos, que eram “pobres” e o “bairro [era] remoto”; lecionava na casa “que servio o meu antecessor [José Custódio de Queiroz], cuja pertence a Antonio d’Oliveira Albuquerque, a quem estou pagando alugueis, onerando-me a qualquer [sic] concertos precisos”. O mesmo professor, em relatório de novembro pediu “cathecismos e compêndios próprios para o ensino, principalmente de princípios da moral, tendo muito em consideração é estado de pobreza deste bairro”, reafirmando que seus alunos eram muito pobres.

Havia outras maneiras de professores informarem falta de material e o solicitarem a seus superiores, como petições aos inspetores locais. José Custódio de



Queiroz, em 1874, frente à cadeira de Carapocuyba, fez uma petição ao inspetor de distrito para que móveis e “utensils” fossem remetidos à sua escola. O inspetor, por sua vez, mandou um ofício com a solicitação anexa ao Inspetor Geral. Em seus relatórios, informou a falta dos tais materiais e apontou que muitos alunos não tinham mesa, assentos e objetos para receberem o ensino. Justificou que havia muitas faltas porque quase todos trabalhavam na lavoura.

Quando havia possibilidades de um local melhor para o ensino, existiam professores que não cumpriam o que determinava a inspetoria local, como o caso de, novamente, José Custódio de Queiroz. Em 1879, à frente da cadeira de Capitão Jerônimo, redigiu uma resposta ao Inspetor Geral (não foi localizado o documento enviado pelo Inspetor Geral). Datado de setembro, José Custódio explicou o que ocorreu com relação à abertura da escola para qual foi nomeado: disse que levou o papel de nomeação para que o inspetor de distrito o assinasse. Mas este não assinou e o professor tomou a iniciativa de ir ao bairro para ver casa para lecionar e aproveitou para fixar o edital de abertura da escola. Abriu com 12 alunos, não na casa que o inspetor de distrito havia designado, mas em outra oferecida por um vereador e pai de cinco alunos, que deu móveis para a sala. Já a que o inspetor ofereceu tinha “quarto esburacado”, “sem feixo e sem móveis”. Fez *mea-culpa* dizendo que deveria ter informado ao inspetor da mudança, mas disse não o ter feito porque este não estava em Cotia e só regressou alguns dias depois. Terminou informando que a escola funcionava num lugar melhor para os alunos moradores das estradas de Una e Sorocaba. Esta resposta havia sido anteriormente enviada ao inspetor de distrito, mas que este o devolveu dizendo, segundo o professor, que não era seu trabalho fazer isso e que o professor deveria enviar diretamente ao Inspetor Geral.

Os relatórios que acompanhavam os mapas de frequência feitos no ano de 1880 não tinham muita alteração: as escolas dos bairros continuavam a não ter suas demandas materiais atendidas. Ademais, a escola de Cadeira de Capitão Jerônimo funcionava na casa do cidadão Jesuino Pereira, outro caso de escola em local que não era a casa do professor.

Cotia não possuía nenhum local que estivesse diretamente ligado à educação pública, com exceção das casas onde os professores lecionavam. Em 1881, segundo relatório do inspetor de distrito ao Inspetor Geral em resposta a uma circular que

solicitava algumas informações sobre a educação local, afirmou, entre outras coisas, que não havia no distrito bibliotecas, museus ou gabinetes de leituras.

O professor José Custódio de Queiroz, da cadeira de Capitão Jerônimo, em seus relatórios de 1881 prosseguiu pedindo móveis e “utensils”, além de exemplares de Catecismos da Diocese para o ensino religioso (a partir desse ano é comum nos relatórios constar o requerimento desses exemplares. Os professores continuavam ensinando a doutrina religiosa pela Cartilha de Pimentel e justificavam que a utilizavam, “visto não ter Catecismos da Diocese”). Também solicitou “utensils” o professor Manoel de Moraes Pinto, da cadeira de Várzea-Grande, assim como João Rodrigues de Jesus, de Carapucuhyba, que relatou ter se “esforçado” em ensinar “nos 5 métodos de ensino do Dr. Freire que me foram fornecidos por V. Exa., porém como por aqui não há mais compêndios, luto com grande dificuldade”, deixando evidente a situação de adversidade para o exercício do cargo. Apesar da dificuldade dos alunos na escrita, esse professor conseguiu uma mesa para eles escreverem vinda de São Paulo. Não tinha “Catechismo”, então não se “adiantaram na doutrina cristã”. “Sobre aritmética o mesmo acontece pois há grande falta de pedras”, “as pedras e o Catechismo são de uma necessidade espantosa para o adiantamento dos alunos”. As informações dadas pelos professores assinalam que a precariedade material era imensa.

Até a 2ª Cadeira masculina da Vila tinha demandas materiais das mais básicas. O professor Marcolino Pinto de Queiroz em seus relatórios disse-se “feliz” porque os alunos estavam aprendendo, que havia poucas faltas e os pais estavam mandando os filhos para a escola. Apesar disso, lamentava: “lutamos com a acanhadez do lugar para a escola e com a falta de móveis e de tudo que é necessário para a sustentação do ensino”. Ou, que do pouco de móveis que tinha, “continua a ser oferecido à custa da exiguidade de nosso ordenado, atento à pobreza dos alunos que frequentam a escola”; “do nosso limitado ordenado pagamos o aluguel” (de onde morava e funcionava a escola) e outros materiais. Pediu ajuda ao Inspetor Geral e informou que o ensino religioso era dado pelo Catechismo da Diocese e para os que não o possuíam, o professor o dava oralmente, repetindo aos alunos. Então pediu “meia dúzia deles”.

Essas demandas continuavam a ser repetidas nos relatórios de 1882 de José Custódio (Capitão Jerônimo) e Marcolino (2ª Cadeira masculina da Vila). Este, para explicar o insatisfatório “desenvolvimento intelectual dos alunos”, informou que tinha

“empregado os meios possíveis a alcançar tal desideratum, e se não o consigo, outras são as causas, que não a falta de cumprimento de meus deveres”. Apontou que sentia

a necessidade de uma pena capaz de corrigir, nas pessoas dos pais e tutores, a falta dos alunos, e que ao mesmo tempo se desse aos mestres meios mais positivos para chamassem à boa ordem os seus alunos, quando para esse fim tinham esgotado os castigos Moraes, desculpando-se no entanto aos que, **por falta de recursos, deixam de ser assíduos, o que alias considero em minha escola uma das principais causas de infrequencia.** (AESP, Lata Ofícios da Instrução Pública, ref. C05044, Relatório de M. P. Queiroz ao Inspetor Geral da Instrução Pública, 31/10/1882, grifos meus)

Do mesmo modo o professor João Maria Thomaz da cadeira de Sorocamirim, em 1882, em seu relatório solicitava móveis e “utensis”. Já em 1883, o professor da Escola da Estação São João na Estrada Sorocabana, Joaquim Chrispim d’Oliveira, solicitou o regulamento da instrução pública “para eu saber dirigir melhor a minha Escola”.

Em 1884, a então professora da 2ª Cadeira Feminina da Vila, Catharina Etelvina Pedroso também requeria móveis e “utensis”. O inspetor literário, confirmando o pedido da professora, enviou uma petição ao Inspetor Geral, solicitando tais materiais. José Custódio informou que lecionava na casa do cidadão João José da Luz e também pediu móveis e “utensis” para, segundo ele, “poder lecionar como desejo”.

Sugerindo também falta de material para o exercício da inspeção, em março de 1884, o inspetor literário Benedito José de Oliveira informou que os alunos das escolas do município fizeram exames, mas que deixou “de tomar por termo os exames por não haver livro para tal fim”. Há uma resposta do Inspetor Geral no canto esquerdo ao alto, mas está ilegível.

Contraditoriamente, no Relatório de Presidente de Província para o ano de 1885, Cotia não está entre os municípios com cadeiras que solicitaram móveis, apesar de os relatórios dos professores informarem as ausências. A hipótese desta pesquisa é que, possivelmente, por ter ficado sem inspetor literário por alguns meses, tenha acontecido falta de comunicação.

Após os professores das primeiras cadeiras da Vila, Maria Joanna e João José Coelho se aposentarem, Analia Emilia Franco e José Custódio de Queiroz, respectivamente, assumiram as vagas. Apesar dos primeiros professores não informarem a falta de materiais em seus relatórios, os que vieram posteriormente o fizeram. Analia



Franco afirmou em documento de novembro que ofereceu às alunas “todos os livros e materiais indispensáveis, visto serem os paes paupérrimos”. Neste relatório, no canto ao alto, assinado pelo inspetor geral consta: “tomadas as notas necessárias, archiva-se”. Anotações como essas são recorrentes nos cantos de grande parte dos relatórios coligidos.

A professora Catharina Pedroso, em 1885, continuava a pedir materiais para sua cadeira (móveis, “utensis” e livros). Ao finalizar seu relatório após tais pedidos, apontou a “lacuna” [...] “que espero da intelligente e activa direcção de V. Sa.”. Suas solicitações continuaram no ano de 1886.

Sem desconsiderar de que se trata de uma perspectiva apenas, ainda assim pode-se afirmar que os documentos descrevem a situação em que se encontravam muitos professores para poderem exercer a função no Oitocentos na Província de São Paulo e também no Brasil. No caso de Cotia, no contexto de pobreza local acentuada parecia evidenciar ainda mais tais condições. Diante de muitas informações presentes nos relatórios, este trabalho interpretou-as na perspectiva certauniana de táticas em contrapartida à estratégia do governo em exigir os mapas de frequência. Junto com eles iam os relatórios que, para reverter a situação imposta pelo estado vigente, inspetores e, sobretudo, professores denunciavam as condições precárias em que trabalhavam e solicitavam medidas.

A maioria dos professores pedia móveis, “utensis”, livros etc., argumentava sobre a pobreza da população local, e no final de cada relatório, exaltava a “bondade”, a “generosidade” e a “inteligência” do Inspetor Geral, que parece ser uma ação tática de alguns deles, ainda que não fosse incomum no Oitocentos despedir-se dirigindo loas a seu superior. Do mesmo modo pode-se considerar que taticamente o professor Severiano Ramos citou, em 1874, que soube que outro professor de Cotia recebeu móveis e “utensis” e que, então, lhe cabia o mesmo recebimento. Além de outras táticas relatadas: requerimento de espaço escolar adequado feito por vários professores; o professor João Rodrigues, de Carapucuhyba, que informou a compra de uma mesa com seu ordenado; o professor José Custódio que abriu a escola do Bairro de Capitão Jerônimo em outra casa que não a indicada pelo inspetor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da docência e o processo de escolarização em Cotia estiveram intercalados à falta de condições materiais para o exercício da função (situação comum na maior parte da Província e mesmo no Brasil), e se agravavam com as condições precárias da sociedade local, imersa no trabalho rural baseado em pequenos roçados – trabalho no qual muitos pais inseriam seus filhos ainda crianças – e na pobreza dos moradores.

As fontes descreveram a situação em que se encontravam muitos professores para poderem desempenhar a função no Oitocentos. Apesar das táticas empreendidas, no período de 30 anos de escolarização, segundo os relatórios analisados, as demandas dos professores permaneceram quase intocadas: falta de móveis, “utensis”, materiais como livros para leitura e catecismo, compêndios, entre outros, além da ausência de local adequado para o ensino. Condições materiais precárias que implicavam na execução dos trabalhos e, conseqüentemente, nos resultados da aprendizagem dos alunos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRA, Valdeniza. **Briga de Vizinhos: um estudo dos processos de constituição da escola pública de instrução primária na província paulista (1853-1889)**. São Paulo, PUC-SP, Doutorado, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

COSTA, Emilia Viotti. “Cotia e Itapeverica da Serra: subúrbios agrícolas”. In AZEVEDO, Aroldo. **A cidade de São Paulo – estudos de Geografia Urbana**. AGB. São Paulo: Nacional, 1958.

GALLEGO, Rita. **Tempo, temporalidades e ritmos nas escolas públicas primárias em São Paulo (1846-1890) - heranças e negociações**. Tese (doutorado em Educação). São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 2008.

GIGLIO, Celia. **Uma genealogia de práticas educativas na Província de São Paulo: 1983-1876**. Tese (doutorado em Educação). São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 2001.

LANGENBUCH, Juergen. **A estruturação da grande São Paulo: Estudo de geografia urbana**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1971.

LEMOS, Amália. **Cotia e a sua participação no conjunto da faixa periférica da metrópole paulistana**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1972.

MUNHOZ, Fabiana. **A experiência docente no século XIX: trajetórias de professores de primeiras letras da 5ª. Comarca da Província de São Paulo e da Província do Paraná**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 2012.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Planejamento Regional. Instituto Geográfico e Cartográfico. **Municípios e distritos do Estado de São Paulo**. São Paulo: IGC, 1995.

SCHLEUMER, Fabiana. **Além de açoites e correntes: cativos e libertos em Cotia colonial (1790- 1810)**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1999.

VIDAL, Diana. “Mapas de frequência a escolas de Primeiras Letras: fontes para uma história da escolarização e do trabalho docente em São Paulo na primeira metade do século XIX”. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Autores Associados, maio/agosto 2008. P. 41-67.

\_\_\_\_\_. “A docência como uma experiência coletiva: questões para debate”. In: DALBEN, A., DINIZ et al. (org). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: didática, formação de professores, trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 711-734.

WISSENBACH, Maria Cristina. **Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)**. São Paulo, Hucitec/História Social, USP, 1998.

